

*7 DEZ 2003

OPINIÃO

Utopias e história

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Sociólogo

No mês de novembro passado assisti, em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, à reunião dos chefes de Estado e de governo dos países ibero-americanos. Vi, na ocasião, o discurso do representante de um foro social paralelo, na abertura solene da reunião presidencial. O orador, provavelmente descendente de guaranis, trajado de camponês, mais ao estilo colombiano ou mexicano do que boliviano, era elegante e falava um espanhol de dar inveja. Depois de ralar, diante dos reis de Espanha, com os conquistadores europeus que, no passado, trataram tão mal os indígenas, desfilou os pontos fundamentais que deveriam ser incorporados às políticas dos países ali presentes.

Não havia muita novidade para quem conhece as propostas em voga: não à Alca, porque anexaria os países aos EUA, e nada de transgênicos, porque supostamente nocivos à biodiversidade e, portanto, à humanidade. Além disso, a exigência de respeito às formas tradicionais de cultivo e às unidades familiares de produção agrícola. E, com um toque de ONG, respeito também aos direitos dos homossexuais. E assim por diante.

No caso da Bolívia, não se trata de um movimento de pequena monta (acaba de derrubar um presidente legitimamente eleito), nem de um movimento sem sentido. Afinal, os indígenas constituem a maioria do povo e, até há pouquíssimos anos, não tinham participação efetiva na vida política nacional. Reivindicam, agora, mais do que inclusão. Querem o reconhecimento de sua condição de maioria (as regras da eleição presidencial foram construídas para diluir esse peso) e o respeito a seus valores culturais. Essa situação não é muito diferente das que ocorrem em alguns países da região, como o Equador, nos quais grandes populações indígenas estão tomando consciência de seus direitos, em meio a transformações democráticas.

Em todas essas situações, o que chama a atenção, além dos riscos à democracia, é o casamento entre, por um lado, as justas reivindicações culturais, que não raro são reivindicações de quase soberania e, por outro lado, os temas da antiglobalização, como a luta contra a Alca ou contra os transgênicos. Esse casamento não se dá apenas em paí-

ses tidos como "exóticos". Está presente também em outros países, dentro e fora da América Latina. É que o processo de globalização foi tão rápido, e é tão destruidor das formas tradicionais de vida (inclusive as formas de sociedade criadas pelo capitalismo do século XIX e primeira parte do século XX), que produz reações desconcertadas e desconcertantes quase por toda parte.

Por isso há no ar certo pendor para as utopias regressivas, uma busca quase mítica por reviver formas de existência do passado, a nostalgia de um maravilhoso mundo velho, que nunca existiu, mas que, idealizado, serve de contraponto ao modo globalizado de produção e de vida que

não oferece perspectivas melhores para muitos, quando não para a maioria.

Vêm-se sinais desse pendor regressista na França, onde o "poujadismo" de um Bové passa por progressista. Esse pendor não deve ser simplesmente descartado com desdém, como se fosse apenas sintoma de atraso. Ele é parte do presente, pois o presente se faz tanto do passado quanto da visão que se tem do futuro. A questão é, portanto, saber se essas utopias passadistas indicam um rumo viável de transformação e uma alternativa melhor de sociedade. Tudo leva a crer que é difícil que este seja um bom caminho.

Não haverá no Brasil algo pa-

recido? Quantas vezes, ao lidar com o MST, se tem a impressão de estar diante de um movimento ambíguo, que combina uma reivindicação justa, a distribuição mais equitativa da terra, do crédito e da assistência técnica, com uma proposta regressiva: a generalização das antigas formas familiares de organização da produção agrícola na contramão da revolução produtiva do agronegócio baseada na moderna empresa capitalista. Transparece aí o sonho de uma "outra sociedade", diferente de tudo que existe hoje, fruto de uma transformação radical. É sintomático que a "revolução" que se almeja não possa sequer ser nomeada abertamente como tal, pois, de um lado, habita o terreno do impensável; de outro, se reivindicada, despertaria reação negativa da "maioria" a que o movimento pretende servir.

Voltemos, para concluir, às reivindicações do representante indígena referido no início. Em várias sociedades da América Latina ressoa o mesmo cantochão de fundo religioso em que as questões comerciais do mundo globalizado são embaladas como se implicassem anexações territoriais. Velha idéia, anterior ao imperialismo e própria do colonialismo quando, então sim, a dominação econômica requeria subordinação formal dos povos e a anexação política dos territórios.

De novo, não se trata de descartar a noção de dominação econômica, embora ela assuma hoje formas inteiramente distintas. O problema do discurso do representante indígena não é ser desprovido de razões e de sentido. O seu problema é que, preso à nostalgia de um passado idealizado, ergue barreiras mentais que dificultam vislumbrar os caminhos da história, impedindo-nos de construir as bases, dentro das circunstâncias atuais, para uma sociedade melhor na América Latina.

Aí, sim, estaríamos nos condenando a mais cem anos de solidão nestas terras do fim do mundo. Repetiríamos a tragédia que já vivemos de um heróico Antônio Conselheiro lutando perdidamente nos confins dos sertões de Canudos para melhorar a sorte de seu povo, respeitoso da monarquia, sendo massacrado por um exército convicto, ao matar sertanejos miseráveis, de defender a ordem republicana...

